

Tempo [Lx]  
10/5/90  
p. 22-23

ROBERTO CAMPOS CRITICA GOVERNO BRASILEIRO:

# ITAMARATI EQUIVOCOU-SE EM ÁFRICA

Marco Leão

**T**EMPO - O senhor tem sido um crítico da política externa do Brasil em relação à África de expressão portuguesa, em especial no caso de Angola?

R. C. - Acreditava-se em Brasília, quando Portugal se retirou de sua ex-colônia, que o Brasil pudesse preencher o vácuo deixado pela ausência dos portugueses com isso obteríamos apreciáveis dividendos econômicos naquele continente. O fracasso universal dos regimes socializantes ajuda-nos hoje a compreender que uma atitude menos entusiástica da nossa parte em relação aos regimes de Angola e Moçambique e uma concentração maior nos aspectos econômicos do que de afirmação política teriam sido bem mais produtivo para o Brasil.

**T.** - O senhor acha que foi apressado o reconhecimento do Governo de Luanda pelo Brasil?

R. C. - Foi uma aposta num regime socialista, que nem se pode dizer maioritário. É extremamente discutível que a massa demográfica que apoia o regime socialista seja superior à massa demográfica que apoia o movimento contestatário da UNITA.

**T.** - Se fosse então o senhor o responsável pela política externa do Brasil qual seria a sua atitude?

R. C. - Seria a de acentuar a cooperação econômica, mantendo uma neutralidade política.

**T.** - Mas o reconhecimento foi o preço a pagar pelas actividades e presença económica...

R. C. - Não concordo. Penso que foi um endosso de carácter ideológico, um apressado endosso aos regimes socialistas. Um meio de exercer influência seria além da económica, a da formação profissional - a formação de quadros técnicos.

**T.** - Para ambos os movimentos?

R. C. - Sim, não vejo porque tivemos de tomar logo partido pelo regime socialista angolano. Para o Brasil, era e é extremamente desinteressante a intromissão cubana em Angola. O nosso reconhecimento político-formal do regime de Luanda deveria ter sido condicionado à retirada dos cubanos daquele território.

**T.** - O Itamarati (Ne-

Roberto de Oliveira Campos é uma figura proeminente na vida política e intelectual brasileira dos últimos trinta anos. Diplomata de carreira, economista, foi o ministro do Planeamento do Governo militar do marechal Castelo Branco, em 1964.

Senador pelo Partido Democrático Social, conservador, é também um reconhecido analista político, polémico, mas de grande consistência teórica e erudição. Alguns dos seus livros são hoje leitura obrigatória para os estudiosos da América Latina, destacariamos entre esses: *«Planejamento do desenvolvimento económico de países subdesenvolvidos»*; *«Reflections on Latin American development»*.

*gócios Estrangeiros) precipitou-se?*

R. C. - Houve uma onda de «terceiro mundismo» que assolou a diplomacia brasileira e levou a perder de vista que os nossos interesses fundamentais estão numa associação com o «primeiro mundo». E não numa bajulação do Terceiro Mundo.

**T.** - E em relação à UNITA? Em conversas com diplomatas portugueses em Brasília, criticam-se as reticências e reservas do Itamarati em relação à UNITA. Estes opõem-se a quaisquer contactos com os representantes da UNITA e com seu presidente.

R. C. - O Itamarati tem tomado uma posição formalista. Reconhecem Luanda, e a UNITA é considerada uma insurreição interna. Penso ser necessária uma visão mais sofisticada, incentivando o Governo angolano a uma posição de compromisso.

**T.** - Mas essa política do Brasil não reflectiu uma opção que correspondia à posição da OUA, em especial a Nigéria?

R. C. - Mesmo assim, na época o Brasil tinha um crescimento de sete por cento ao ano. Os nossos interesses fundamentais sempre estiveram, e mais do que nunca estão, em pertencermos ao «Primeiro Mundo».

## O PLANO COLLOR

**T.** - O senhor foi o autor da «metáfora do violino» para explicar a política económica do presidente Collor - pegar com a mão direita, mas tocar com a mão esquerda.

R. C. - Collor prometeu deixar a esquerda perplexa e a direita enraivecida. Cumpriu com a palavra. O seu programa é uma curiosa mistura de economia de mercado com dirigismo socialista. Um bouquet de rosas com muitos espinhos.

Medidas, como a abolição de reservas de mercado, redução do tamanho do Estado, privatização, liberação da taxa de câmbio, internacionalização da economia são traços liberais. Por outro lado, os métodos usados de política monetária e fiscal são extremamente intervencionistas. Poder-se-ia mesmo dizer que há traços de dirigismo estatista. Os

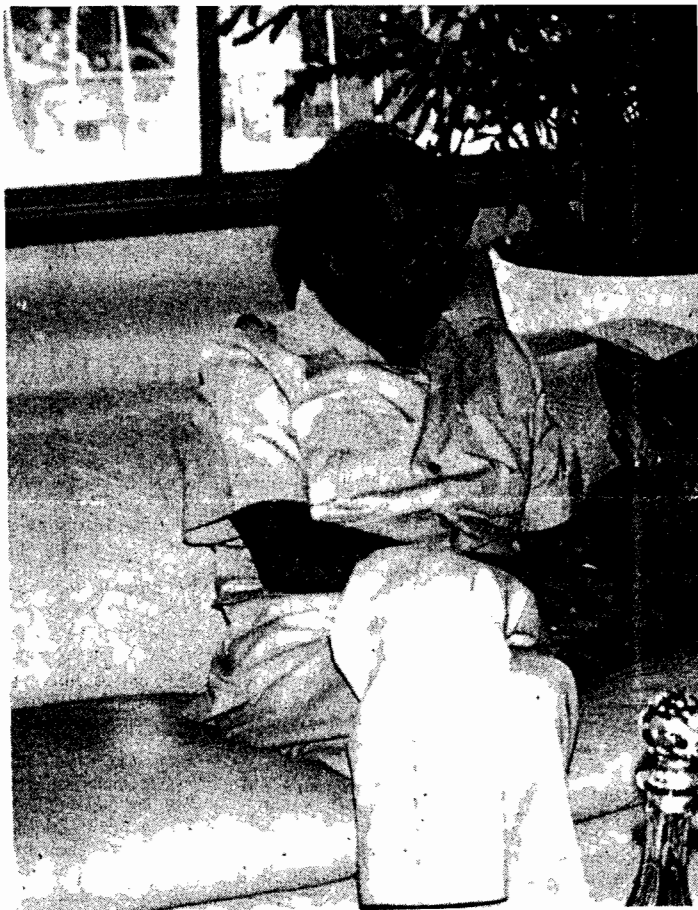
burocratas, após terem feito o «enxugamento» da liquidez, sentem-se capacitados para se substituírem ao mercado, abrindo as torneiras da liquidez no momento certo e na direcção certa. Essa é a arrogância fatal que vitimou todos os regimes socialistas. A presunção de que o burocrata iluminado pode corrigir o mercado.

**T.** - Há uma suspeita,

em muitos círculos empresariais, de que se tratou de uma nacionalização disfarçada do dinheiro; não há garantias de devolução. Não estaríamos por isso diante de um novo tipo de populismo, autoritarismo com objectivos de perpetuação no poder, na boa tradição marxista - que tem o poder económico, total e é capaz de controlar completamente o poder político?

R. C. - Em todas as conversas pessoais que tivemos juntamente com outros economistas, é enfatizada a sua devoção à livre iniciativa e à economia de mercado. E considera-se essa experiên-

É extremamente discutível que a massa demográfica que apoia o regime socialista seja superior à massa demográfica que apoia o movimento contestatário da UNITA.



cia como uma purga necessária.

Fase pela qual o capitalismo retrógrado brasileiro teria de se submeter, para se preparar para uma economia competitiva.

Tratar-se-ia de lançar o País no caminho da modernidade. Indiscutivelmente, o método adoptado para o saneamento financeiro tem aspectos dirigistas inquietantes - o principal deles é a estatização da poupança. E ela pode ser contemplada de diversos ângulos. Pode ser entendida, do ponto de vista governamental, como uma mera suspensão do direito de saque, por um período limitado. Por outro lado, do ponto de vista da iniciativa privada, há duas correntes: uns acham que se trata de um empréstimo compulsório, inconstitucional; outros, mais pessimistas, consideram-no como um confisco, de vez que o Brasil não tem uma honrosa tradição de pagamento de empréstimos, nem internos, nem externos. É esse elemento de confisco potencial, que torna não só os empresários, mas os poupadores em geral, bastante inquietos.

## COLLOR E O SOCIALISMO

**T.** - No discurso pronunciado no jantar oferecido pelo Presidente Soares, o presidente Collor declarou-se partidário do socialismo democrático, europeu, moderno. Não há contradição com o discurso ultra-liberal, de intransigente defesa da iniciativa privada? Ou tem vários discursos, na velha tradição populista de Getúlio Vargas ou Perón. Aliás, já por mais de uma vez conclamou os «descamisados»; acusou as elites económicas; ameaçou empresários, no caso de despedimentos, com a receita federal.

R. C. - Eu diria que Collor tem revelado singular habilidade em adaptar o seu discurso de acordo com a audiência. Na Espanha, é social-democrata, o mesmo em Portugal e em França. Economia de mercado com regulação social.

Já na Inglaterra ou nos Estados Unidos, o tom foi totalmente distinto. Enfatizou o mercado e as privatizações.

Não vejo em Collor nenhuma pretensão de tipo peronista ou fascista. Perón certamente não entendia o mercado e dele não gostava.



Roberto Campos, à esquerda, é entrevistado pelo «Tempo», no Rio de Janeiro

Na tradição populista brasileira, Getúlio Vargas entendia, mas não gostava. Collor, estou convencido, entende o mercado e gosta do seu dinamismo. Apenas foi seduzido por soluções rápidas. E a tecnologia que lhe foi oferecida é uma tecnologia centrada no controle do stock da moeda. Na minha opinião, a tecnologia escolhida foi equivocada. Combater a inflação com o congelamento do stock da moeda apresenta altos riscos, porque aí se incluem elementos muitos dispare - procura excessiva de consumo, mas também de giro e capital de investimentos. O que interessa cortar, do ponto de vista inflacionário, é o excesso de procura.

Não interessa afectar negativamente o capital de giro e de investimento porque eles são complementos necessários do lado da oferta a um programa anti-inflacionário. Por isso vejo o programa económico com grande apreensão. Extremamente vigorosa a acção do lado da procura. O enrugamento de liquidez levou a um rápido estancamento da inflação. Mas não pode ter efeitos negativos do ponto de vista da oferta, na medida em que desorganiza o aparelho produtivo e reduzida numa taxa de desemprego inesperadamente rápida e alta. Isso poderá levar a um protesto político capaz de comprometer o programa.

«T.» - Qual seria a alternativa?

R. C. - Uma metodologia mais lenta e mais convencional, bastante mais convencional. Na metodologia tradicional, identificar-se-ia o responsável pelo fluxo da moeda.

O que interessa não é o stock existente da moeda, esse já causou o seu mal à economia brasileira, já está traduzido na inflação de preços.

O que interessa é reduzir substancialmente o novo fluxo monetário, a verdadeira causa da inflação. O verdadeiro culpado pelo alto fluxo

monetário na conjuntura brasileira: o défice governamental.

Não se combate de forma eficaz a inflação congelando activos financeiros.

É bem verdade que o sector privado teria a sua quota de sacrifícios. Isso seria feito através da renúncia aos subsídios governamentais; a renúncia às reservas de mercado; uma maior abertura para o exterior; no pagamento dos impostos. Nunca através do confisco da liquidez.

É preciso criar no Brasil uma visão mais realista do problema. As autoridades pensam que controlos são comandos. Na realidade, eles são apenas custos. Custos duplos.

«T.» - Mas medidas dessa ordem conduzem também a recessões. Por exemplo, no caso da construção naval, no Brasil, como em toda a parte do mundo, são necessárias medidas proteccionistas. A internacionalização da economia, nesse caso, provocaria efeitos multiplicadores negativos e o mesmo está a ocorrer com a indústria automobilística.

R. C. - Alguns desses sectores sofreriam no período de adaptação. Algumas dessas indústrias são antieconómicas. E os esforços para as sustentar estão, a longo prazo, fadados ao fracasso. Estou convencido, por outro lado, que do ponto de vista dos empresários é menos penoso aceitar uma redução nos subsídios do que um confisco de liquidez.

O primeiro remédio é mais facilmente digerível. Tratar-se-ia de uma solução gradual. Nunca uma terapia de choque.

#### CENÁRIOS PESSIMISTAS

«T.» - O professor Mário Henrique Simonsen (ex-ministro da Economia) previu três cenários, três prováveis resultados da política económica do presidente Collor - o modelo boliviano, desinflação com desemprego e crescimento zero; o modelo argentino; o «zeramento» da inflação, mas com recessão

e hiper-inflação de volta; e o modelo espanhol, desinflação com crescimento, mas com desemprego. A terceira solução, o terceiro cenário, seria o desejável. Muitos economistas contudo acreditam que nós caminhamos para a solução argentina. Dizem que a Argentina de hoje é o Brasil de aqui a seis meses.

Quais são as suas previsões?

R. C. - Eu questionaria a validade dos cenários de Simonsen. No caso do modelo

boliviano, ele foi mais bem sucedido do que na sua interpretação. A inflação foi extirpada, houve uma recessão bastante profunda, mas já no ano passado a economia retomou o nível de crescimento de quatro por cento ao ano. Isso, para a economia boliviana, é um facto inédito.

Não estou de acordo com as interpretações sobre o cenário espanhol. Fala-se muito em pacto social, nos pactos de Moncloa. Foram porém de carácter político e não económico. Não seriam repetíveis no Brasil.

Quando o pacto social foi firmado em Espanha, os sindicatos aceitaram uma redução de salários de oito por cento, com uma inflação de 12 por cento.

Com o pacto social, esperava-se um incremento de emprego. Mas o que sucedeu foi ao contrário, uma aceleração do desemprego como preço a pagar pelo aumento da eficiência económica exigida pela participação no Mercado Comum Europeu.

#### EM QUATRO CENÁRIOS

R. C. - No Plano Cruzado, houve um fracasso pela incapacidade de conter o défice governamental e pelo consumismo estimulado pelo congelamento de preços e sistemas de pré-fixação. Os efeitos perversos não tar-

daram a manifestar-se. Estabelecido o congelamento de preços havia a sinalização para o consumidor consumir depressa, e para o produtor produzir mais devagar.

«T.» - O cenário escolhido pelo presidente Collor seria um Plano Cruzado às avessas. Foi um excesso da procura efectiva com efeitos perversos.

R. C. - Foi um ataque aos efeitos da inflação através da desindexação e do congelamento.

«T.» - E o actual?

R. C. - Há semelhanças e algumas diferenças. A principal semelhança é a preocupação com o congelamento e pré-fixação de preços e salários. São tipos de regulamentação que representam custos e não comandos.

É preciso criar no Brasil uma visão mais realista do problema. As autoridades pensam que os controlos são comandos. Na realidade, eles são apenas custos. Custos duplos. Em primeiro lugar, para o próprio governo e, em segundo lugar, o custo da obediência para o controlado. Mas há uma diferença fundamental em relação ao Plano Cruzado. Existe uma visível preocupação de eliminar o défice governamental através de medidas assaz severas. Os «teólogos» do Plano Cruzado davam muito pouca importância ao défice público. Estimavam que o défice não ultrapassasse os cinco ou seis por cento, o que seria um pouco mais do que o défice norte-americano. Igual ao défice japonês, menos do que o italiano.

Entretanto, estavam a comparar coisas incomparáveis. Nesses casos, tratam-se de custos nominais onde estão incluídos os custos da dívida externa. No caso brasileiro, quando se fala no défice de cinco por cento, está-se a falar do défice operacional, esquecendo-se os encargos da rolagem da dívida, que elevam o défice a 30 ou 35 por cento do PIB. Temos aí a explicação da raiz do nosso processo infla-

cionário.

Há um outro cenário que pode vir a ocorrer. Um cenário depressivo de superentresouramento. A desconfiança nos activos financeiros levaria a um maciço entesouramento. Mas acredito ser pouco provável que isso venha a acontecer.

Há o cenário argentino, a inflação com estagnação. Um quarto cenário, seria o «cenário Ehard», (o mais favorável) do pós-guerra na Alemanha onde houve também um confisco de activos financeiros pelas autoridades de ocupação que teve consequências benéficas para a recuperação da Alemanha.

Eu diria que Collor tem revelado singular habilidade em adaptar o seu discurso de acordo com a audiência.

«T.» - O Plano Collor inspirou-se nesse cenário?

R. C. - Mas há diferenças básicas. No caso alemão, seguiu-se uma política deliberada de estímulo à oferta, mediante a desregulamentação total da economia. Eliminação de controlo de preços, taxas de câmbio, salários, investimentos e, o que é mais importante, pela redução de impostos.

«T.» - Mas é preciso não esquecer o Plano Marshall.

R. C. - Nada mais fez do que reparar e auxiliar a reparação dos danos causados pela guerra.

O Brasil, nesse sentido, não necessita do Plano Marshall.

«T.» - No caso do Plano Collor acha que estão sendo atacados os efeitos e não as causas da inflação?

R. C. - Como disse, não se atacou a causa principal, o défice público.

#### DESIGUALDADES SOCIAIS

«T.» - O Brasil tem sido apontado como um país de grandes desigualdades na distribuição do rendimento. A riqueza concentra-se em detrimento da maioria da população. Como atenuar essas dissimetrias, de visíveis consequências no quotidiano?

R. C. - Certamente, a distribuição do rendimento no Brasil é das mais desiguais no mundo. Está muito além dos diferenciais necessários para estimular a produtividade e criatividade empresariais.

A responsabilidade, a meu ver, provém do facto de que o governo negligenciou algumas funções básicas que levariam a uma melhor distri-

buição do rendimento: - educação básica, saúde e saneamento.

Todos os estudos sobre as disparidades de rendimento no Brasil apontam na direcção da educação como o principal factor responsável. E o governo, ao invés de concentrar os seus recursos nestes sectores básicos, na melhoria do capital humano, converteu-se num grande e ineficiente empresário industrial.

«T.» - E a reforma agrária? O senhor participou num governo, o do marechal Castelo Branco, que mudou a legislação no sentido de permitir a desapropriação

de terras resgatáveis com títulos de dívida pública. Actualmente, como vê esse problema, o da concentração fundiária?

R. C. - A sua abordagem nestes últimos tempos, tem sido profundamente irrealista. O marechal Castelo Branco provinha de uma região onde uma nesga de terra irrigada marcava a diferença entre a sobrevivência ou inanição.

Ele visualizava uma reforma agrária do tipo capitalista, e não paternalista. A tributação progressiva sobre a terra improdutiva seria o principal instrumento e, com os recursos originados por essa tributação, financiar-se-iam programas de colonização. No Brasil, não há escassez de terras aráveis. Um instrumento a ser usado muito selectivamente, mas que provoca conflitos que podem levar a baixas de produtividade. Mas o sistema tributário nunca foi devidamente implementado. O Estado Federal fazia a cobrança, dado a fraqueza do poder local face aos latifundiários rurais, mas como a receita era destinada aos municípios, não houve grande interesse por parte do governo federal. Não existindo os recursos de financiamento, partiu-se para o terceiro instrumento, a desapropriação, extremamente conflituoso, e que teve de ser abandonado.

Por isso, acredito que se quisermos realizá-la, temos de voltar ao plano original. A tributação é um grande instrumento de reforma agrária. Obriga o proprietário rural a tornar a terra produtiva; parcelá-la; vender a terceiros ou entregar ao Estado. □